




Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí
Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.
Fone/Fax: (89) 3464-0125
CEP: 64590-000
CNPJ: 01.612.575/0001-28

| | |
|---|----------|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº | 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº | 055/2024 |
| FLS Nº | 002 |
|  | |
| RUBRICA | |

**TERMO DE
REFERÊNCIA
COM ESTIMATIVA DE
PREÇOS
(art. 72, II, da Lei nº
14.133/2021)**



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí
Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.
Fone/Fax: (89) 3464-0125
CEP: 64590-000
CNPJ: 01.612.575/0001-28

SOLICITAÇÃO FORMAL DE COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO ATERRO SANITÁRIO DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI, COM ESTIMATIVA PARA 2024.

Prezado(a) Senhor(a),

Da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS de Caridade do Piauí – PI, vem à presença de V. As., **SOLICITAR** orçamento dos itens constantes no termo de referência em anexo.

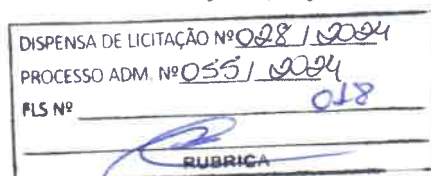
Caso seja de seu interesse participar desta Solicitação de Cotação de Preços, solicitamos enviar a cotação de preços de acordo com as instruções abaixo:

- As informações necessárias e/ou esclarecimentos das empresas deverão ser entregues na sede Prefeitura Municipal.
- As empresas deverão enviar a cotação de preços no prazo de até **04 (quatro) dias úteis**.
- A apresentação de orçamento pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessárias ao seu preparo, aceitação das condições estipuladas nessa Solicitação de Cotação de Preço.

INSTRUÇÕES AOS PROPONENTES:

Elaborar uma Carta Proposta em papel timbrado da Empresa, que deverá conter, preferencialmente, as seguintes informações.

- Nome da Empresa Proponente;
- Endereço completo;
- Número do CNPJ da Empresa;
- Nome do Representante Legal da Empresa;
- Preço unitário de cada item solicitado e valor total da proposta;
- O prazo de validade da PROPOSTA não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data limite de entrega da proposta.
- Assinatura e rubrica do Representante legal da Empresa.



1

LEANDRO LUIS DE PAIVA:03222082383
Assinado de forma digital por LEANDRO LUIS DE PAIVA:03222082383
Dados: 2024.07.19 12:08:09 -03'00'

Leandro Luís de Paiva
Secretário Municipal de Administração

Caridade do Piauí – PI, 19 de julho de 2024.

Mikeias Rodrigues Sousa
Mikeias Rodrigues Sousa
Secretário Municipal de Obras

Recebido em: ___/___/2024.

Empresa: _____.

CNPJ: _____.

Endereço: _____.

Telefone/E-mail: _____.

E-mail: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cplcaridadedopiaui@gmail.com

Dispensa de licitação 028/2024



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.
Fone/Fax: (89) 3464-0125
CEP: 64590-000
CNPJ: 01.612.575/0001-28

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024
PROCESSO ADM. Nº 055/2024
FLS Nº 019

RUBRICA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Referente a Dispensa nº 028/2024 e Processo Administrativo nº 055/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO ATERRO SANITÁRIO DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI, COM ESTIMATIVA PARA 2024.

Planilha de referência.

O projeto básico e planilhas orçamentárias seguirão em anexo.

- 1.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos da lei vigente.
- 1.2. O prazo de vigência do contrato é de **5,0 (CINCO) MESES**, com início previsto na data de **26/07/2024** e encerramento em **31/12/2024**, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1. A prestação dos serviços objeto desse termo se justifica em face da necessidade da **Secretaria Municipal de Administração**, para manter funcionando o depósito destinado a resíduos recolhidos de estabelecimentos residenciais, comerciais e praças públicas da sede deste município.
- 2.2. Serviços desta natureza trará maiores benefícios para a população que precisa de um local destinado a reserva ou destinação final do lixo recolhido no centro urbano.
- 2.3. "Aterro sanitário é um local destinado à decomposição final de resíduos sólidos gerados pela atividade humana. Nele são dispostos resíduos domésticos, comerciais, da indústria de construção e também resíduos sólidos retirados do esgoto. O aterro consiste na técnica de enterro dos resíduos, buscando sua decomposição a longo e médio prazo. Faz parte da ampla ciência de tratamento de resíduos sólidos".
- 2.4. Em atendimento da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo em seu art. 15, inciso V, que a Administração Pública deve elaborar metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, estabelecendo, ainda, prazo de 4 (quatro) anos para essa conclusão.
- 2.5. Considerando que o Aterro Controlado pela administração pública municipal se encontra em condições socioambientais inadequadas para as normas vigentes, há uma necessidade de reforma urgente para que não seja encerrada as atividades ali executadas, ou penalizada pelos órgãos de fiscalização ambiental, todavia, a Administração Pública vem envidando esforços no sentido de acelerar esse processo de reforma para manter funcionando o local, o qual foi projetado de forma a atender a legislação, obedecendo todas as normas técnicas evitando riscos de contaminação ambiental.
- 2.6. A reforma da estrutura do método matricial referido, considerando os aspectos ambientais - segurança e saúde pública; meio ambiente; aspectos sociais; aspectos culturais; custos - resultou na classificação apresentada na planilha orçamentária e miniprojeto que fazem parte deste Termo de Referência.



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

PROCESSO ADM. Nº 055/2024

FLS Nº 020

RUBRICA

- 2.7. As atividades de destinação dos resíduos sólidos ao Aterro Sanitário continuarão sendo depositadas no local com as devidas precauções e fiscalização da Administração Pública em local apropriado enquanto durar a reforma no local.
- 2.8. Após o encerramento das atividades de reforma ao local de destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos no Aterro Controlado pela Administração Pública Municipal será necessário que ocorra o monitoramento e a manutenção deste, pois é um local de extrema periculosidade devido aos produtos derivados do aterramento de lixo de forma regular, ou seja, que necessita de acompanhamento, assim essa contratação é fundamental para proporcionar ao município, condições de manutenção e monitoramento de forma adequada e segura dentro das normas vigentes.
- 2.9. Nestas condições, o Aterro deverá estar apto a receber os resíduos sólidos recolhidos de segunda a sábado das 06h00min às 18h00min.
- 2.10. Do regime de execução: O regime de execução de forma indireta, por empreitada por preço global. O critério de medição e pagamento será conforme a execução do projeto apresentado em planilhas anexas a este processo.
- 2.11. O objeto desta licitação se configura como contratação de serviços comuns de engenharia, visto que é de amplo conhecimento no mercado, existindo diversas empresas que prestam esse tipo de serviço, com padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente neste Termo de Referência, asseguradas as execuções por meio de especificações técnicas, cuja responsabilidade é privativa das profissões de arquiteto e engenheiro.
- 2.12. Insta esclarecer, que em decorrência da ausência de uma estrutura adequada da Gerência de Obras e Secretaria Municipal de Administração para atender a demanda, se faz necessário, a contratação de empresas terceirizadas para a execução dos serviços programados.
- 2.13. A contratação em comento visa atender as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, deste município que busca a melhor cotação de preços para as necessidades do objeto referido acima, com intuito de dar melhores condições de usabilidade ao Aterro Sanitário da sede Caridade do Piauí – PI.
- 2.14. Portanto, os itens abrangidos para o Termo de Referência são necessários para a boa execução dos serviços do objeto especificado nas linhas iniciais deste projeto, nas áreas em que o município não dispõe dos serviços dentro das especificações e qualidades desejadas e requeridas. Desta forma, para o bom andamento para cumprir com os objetivos elencados na proposta do município, bem como cumprir com os propósitos assumidos pela Gestão Municipal, faz-se necessária, entre outras, a contratação de serviços desta natureza, a ademais, as quantidades foram definidas com base na experiência dos eventos desta natureza ocorridos no município.
- 2.15. A necessidade de reformas com serviços preliminares, cobertura, pintura, piso, vala, drenagem de gases e serviços finais, no Aterro Controlado pela Administração Pública Municipal, se faz necessária, visto que o local deve ser bem cuidado com as devidas formulações e mantido organizado para a destinação final do resíduos sólidos e detritos liberados pelas residências da zona urbana deste município.
- 2.16. Nestes termos, faz-se necessária a contratação de forma direta de profissionais desta natureza

E-mail: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cpicaridadedopiaui@gmail.com



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

PROCESSO ADM. Nº 055/2024

FLS Nº 021

RUBRICA

para suprir as necessidades deste município. continuidade dos serviços ora mencionado no preâmbulo deste documento de formalização de contratação de empresa especializada e capacitadas no ramo pertinente.

- 2.17. No âmbito da Secretaria de Administração está a competência de planejamento, coordenação e controle de procedimentos de compras centralizadas de serviços e materiais de uso comum para atendimento às demandas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal;
- 2.18. A contratação centralizada proporciona uma melhoria nos procedimentos técnicos e administrativos, além da redução do número de processos licitatórios, auferindo a administração redução de custos operacionais e eficiência gerencial.
- 2.19. A realização de elevados números de processos licitatórios, utilizando-se de distintas modalidades de licitação demanda elevados custos operacionais, administrativos e financeiros, além de dificultar a uniformização dos procedimentos e a aplicação das melhores práticas.
- 2.20. A presente solicitação justifica-se na necessidade de proporcionar a Secretaria solicitante maior segurança nas atividades desenvolvidas neste Município de Caridade do Piauí – PI, para o ano de 2024 e anos seguintes, no que diz respeito aos compromissos assumidos com população em geral deste município.
- 2.21. As especificações dos itens estão de acordo com a relação encaminhada pelo setor de controle do Município de Caridade do Piauí e atende ao DECRETO Nº 016/2024, 08 DE MARÇO DE 2024, inciso I do art. 2º.
- 2.22. Este TR, está atrelado ao programa de compras e serviços da Nota de Empenho do órgão emitente: Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí, Tipo: NE, Número a “confirmar”. Da fonte de Recursos: **500- Recursos não Vinculados de Impostos** e Natureza da Despesa **44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES**. Previsto no Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, 15 – Urbanismo, 452 – Serviços Urbanos, 0418 – Saneamento Geral, 1037 – Construção e Restauração do Aterro Sanitário.
- 2.23. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil do Órgão ou Entidade interessado.

4

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado a Lei 14.133/21.
- 3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor deve ser anexado a juntada de documentos.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de prestação dos serviços, são aqueles contido no processo, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE SERVIÇOS emitida pelo setor de contratação da Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí e secretaria demandante.

E-mail: pmcaridadedopiau@gmail.com - cpicaridadedopiau@gmail.com



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

4.2. A entrega da conclusão dos serviços será realizada no seguinte endereço: **Secretaria Municipal de Administração, na Rua João José de Sousa, s/n, Centro, Cidade de Caridade do Piauí, e/ou, na Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí.**

4.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.


4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/recompor/refazer no prazo de até **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DA HABILITAÇÃO:

As licitantes deverão apresentar no mínimo:

Cópia do RG, CNH ou outro documento que contenha foto mais o CPF dos Titular da empresa.
Contrato Social ou Requerimento empresarial.

| |
|---|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº <u>008/2024</u> |
| PROCESSO ADM. Nº <u>055/2024</u> |
| FLS Nº <u>022</u> |
|  RUBRICA |

5

- Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através de Comprovante de Situação Cadastral emitida pela Receita Federal, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradora Geral da Fazenda Nacional, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000


CNPJ: 01.612.575/0001-28

- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, emitida pelo Município sede da empresa licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade. (Lei 12.440/2011).
- h) Certidão negativa de pedidos de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.
- i) Declaração em modelo próprio que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.
- j) Dados bancários, telefone, e-mail em papel timbrado da empresa.
- k) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- l) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

| |
|--|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº 055/2024 |
| FLS Nº 023 |
|  RUBRICA |

l. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s)


- por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.
- ii. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, atualizada, emitida pela entidade profissional competente, contendo objeto social compatível com o objeto desta licitação;
 - iii. Certidão de Registro de Pessoa Física, atualizada, emitida pela entidade profissional competente;
 - iv. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente acompanhada da Certidão de Acervo Técnico-CAT ou apenas pela própria CAT, por execução de serviços semelhantes e pertinentes ao objeto a ser licitado.
 - v. A comprovação de vínculo do Profissional supracitado, será feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
 - vi. Contrato social do licitante, em que conste profissional como sócio; ou
 - vii. mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Ficha de Registro e GFIP, ou Contrato de Prestação de Serviços, celebrado com a empresa participante, devidamente assinado pelas partes; ou
 - viii. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou Certidão simplificada da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;
 - ix. Contrato de prestação de serviços, conforme entendimento: Acórdãos nºs 361/2006-Plenário, 170/2007-Plenário, 892/2008-Plenário e 1.547/2008- Plenário (item 1.5.2, TC-021.108/2008-1) –Tribunal de Contas da União.
 - x. Declaração em modelo próprio que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - xi. Declaração em modelo próprio que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
 - 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

| |
|--|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº 055/2024 |
| FLS Nº 024 |
|  |
| RUBRICA |



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;


7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO.

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

| | |
|--|----------|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº | 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº | 055/2024 |
| FLS Nº | 025 |
|  RUBRICA | |

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

PROCESSO ADM Nº 055/2024

FLS Nº 026

RUBRICA

10.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

10.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

11. DO PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

E-mail.: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cplcaridadedopiaui@gmail.com



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.
Fone/Fax: (89) 3464-0125
CEP: 64590-000
CNPJ: 01.612.575/0001-28

| | |
|--------------------------|----------|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº | 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº | 055/2024 |
| FLS Nº | 027 |
| RUBRICA | |

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,10%, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,10\% \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

10

6. DO REAJUSTE.

6.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

E-mail: pmcaridadedopiaui@gmail.com - cpicaridadedopiaui@gmail.com

12.1.1 – Por ser um serviço comum, conforme item 1,1 deste TR, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega dos serviços ou no término do evento.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.1.3 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa, de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

| |
|-----------------------------------|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº 0551/2024 |
| FLS Nº 022 |
| RUBRICA |

11

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da PREFEITURA MUNICIPAL, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.3.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (TRINTA) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE DO PIAUÍ-PI, poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS/SITIO ELETRÔNICO/JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO.

Caridade do Piauí – PI, 19 de julho de 2024.

LEANDRO LUIS DE
PAIVA:03222082383

Assinado de forma digital por
LEANDRO LUIS DE
PAIVA:03222082383
Dados: 2024.07.19 11:51:12 -03'00'

Leandro Luís de Paiva
Secretário Municipal de Administração
Secretaria Solicitante


Gilberto Romário de Carvalho

Gilberto Romário de Carvalho

Agente de Contratação

Portaria 004/2024

12

| |
|---|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº 055/2024 |
| FLS Nº 029 |
|  RUBRICA |



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ – PI,

SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Leandro Luís de Paiva.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

| | |
|--------------------------|----------|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº | 028/2024 |
| PROCESSO ADM. Nº | 055/2024 |
| FLS Nº | 030 |
| RUBRICA | |

Tratam os presentes autos de procedimento administrativo, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO ATERRO SANITÁRIO DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ/PI, COM ESTIMATIVA PARA 2024. Por meio do Processo Administrativo nº 055/2024, Dispensa 028/2024 e Termo de Referência.

OBJETO:

| Reforma | |
|--------------------------|---|
| Tipo de Obra: | Aterro Sanitário – Reforma |
| Classificação: | Urbano |
| Valor solicitado: | R\$ 71.764,01 (setenta e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e um centavo) |
| Endereço: | Bairro São José, cidade de Caridade do Piauí/PI. |

A contratação em comento visa atender as necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS** deste município que busca a melhor cotação de preços para as necessidades do objeto referido acima, com intuito de manter funcionando o depósito destinado a resíduos recolhidos de estabelecimentos residenciais, comerciais e praças públicas da sede deste município.

Serviços desta natureza trará maiores benefícios para a população que precisa de um local destinado para reserva ou destinação final do lixo recolhido no centro urbano.

Tal procedimento justifica-se pela necessidade da contratação de empresa especializada na execução da obra de Reforma do objeto acima, para proporcionar maior qualidade de vida os moradores da zona urbana, descarte de resíduos, local adequado

E-mail.: pmcaridadedopiau@gmail.com - cplcaridadedopiau@gmail.com

LEANDRO LUIS DE
PAIVA:0322208
2383

Assinado de forma
digital por LEANDRO
LUI DE
PAIVA:03222082383
Dados: 2024.07.26
13:43:05 -03'00'

Dispensa de licitação 028/2024



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí RUBRICA

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

PROCESSO ADM. Nº 055/2024

FLS Nº 031

para separação do reciclado pelos catadores e transporte, além da segurança nos serviços públicos oferecidos por este município.

“Aterro sanitário é um local destinado à decomposição final de resíduos sólidos gerados pela atividade humana. Nele são dispostos resíduos domésticos, comerciais, da indústria de construção e também resíduos sólidos retirados do esgoto. O aterro consiste na técnica de enterro dos resíduos, buscando sua decomposição a longo e médio prazo. Faz parte da ampla ciência de tratamento de resíduos sólidos”.

Em atendimento da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo em seu art. 15, inciso V, que a Administração Pública deve elaborar metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, estabelecendo, ainda, prazo de 4 (quatro) anos para essa conclusão.

Considerando que o Aterro Controlado pela administração pública municipal se encontra em condições socioambientais inadequadas para as normas vigentes, há uma necessidade de reforma urgente para que não seja encerrada as atividades ali executadas, ou penalizada pelos órgãos de fiscalização ambiental, todavia, a Administração Pública vem envidando esforços no sentido de acelerar esse processo de reforma para manter funcionando o local, o qual foi projetado de forma a atender a legislação, obedecendo todas as normas técnicas evitando riscos de contaminação ambiental.

A reforma da estrutura do método matricial referido, considerando os aspectos ambientais - segurança e saúde pública; meio ambiente; aspectos sociais; aspectos culturais; custos - resultou na classificação apresentada na planilha orçamentária e miniprojeto que passa a fazer aparte do Termo de Referência

Portanto, os itens abrangidos para o Termo de Referência são necessários para o bom funcionamento do Aterro Sanitário público e fica na responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS de Caridade do Piauí-PI, que administra e fiscaliza ações voltadas para o bem do povo caridadense. Além do mais, esta secretaria não dispõe de funcionários e materiais com quantidade disponível



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2024

PROCESSO ADM. Nº 055/2024

FLS Nº 032

RUBRICA

para execução do objeto. Desta forma, para cumprir com o dever que compete a esta secretaria e a gestão municipal, para o bom andamento dos serviços para atender os anseios dos munícipes, e para cumprir com os objetivos elencados na proposta do município, bem como cumprir com os propósitos assumidos pela Gestão Municipal, faz-se necessária, entre outras, a contratação de serviços desta natureza e; ademais, as quantidades foram definidas em planilha orçamentária com apoio do engenheiro contratado por esta gestão para delimitar os quantitativos.

As especificações básicas, estão disponíveis nas planilhas orçamentárias desenvolvidas pelo o Engenheiro contratado pelo município de Caridade do Piauí/PI.

Desta feita, não resta outra opção senão a deflagração de um procedimento licitatório para contratação de empresa para prestação dos serviços supramencionado.

2. QUANTITATIVO

A quantidade dos serviços constante na tabela abaixo foi baseada em estimativa realizada pelo setor competente.

Planilha resumo e planilha orçamentária anexa ao processo.

3. DA PESQUISA DE PREÇO

O termo de referência acima será utilizado como parâmetro para solicitação das pesquisas de preços direta com no mínimo três empresas, mediante solicitação formal de cotação, nos termos do art. 23, da Lei nº 14.133/2021, em busca da oferta mais vantajosa para administração pública.

Além disso, ressalta-se que, as solicitações formais de cotação serão enviadas para empresas que prestam serviços no ramo ao qual se pretende contratar e que tenham atendido as outras solicitações de coleta de preços de Caridade do Piauí – PI em outras oportunidades.

4. PREVISÃO DE DATA DE INÍCIO

LEANDRO LUIS
DE
PAIVA:03222082
383

Assinado de forma digital
por LEANDRO LUIS DE
PAIVA:03222082383
Dados: 2024.07.26
13:42:31 -03'00'

E-mail.: pmcaridadedopiaui@gmail.com - colcaridadedopiaui@gmail.com

Dispensa de Licitação 028/2024



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí,

Fone/Fax: (89) 3464-0125

CEP: 64590-000

CNPJ: 01.612.575/0001-28

O início do fornecimento/prestação dos serviços está previsto após conclusão do processo de dispensa e liberação dos recursos, com vigência de **05 (cinco) meses**, ou no término da conclusão dos fornecimentos/serviços.

5. DA FISCALIZAÇÃO


O fornecimento/prestação dos serviços será acompanhado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRA, ainda pelo (a) Fiscal de Contrato designada pela Prefeitura Municipal.

Caridade do Piauí – PI, 18 de julho de 2024.

LEANDRO LUIS DE PAIVA:03222082383 Assinado de forma digital por LEANDRO LUIS DE PAIVA:03222082383
Dados: 2024.07.26 13:42:16 -03'00'

Leandro Luís de Paiva

Secretário Municipal DE ADMINISTRAÇÃO

| |
|--|
| DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº <u>028/2024</u> |
| PROCESSO ADM. Nº <u>055/2024</u> |
| FLS Nº <u>033</u> |
|  RUBRICA |